

MARGINALIZAÇÃO E HEROICIDADE DO JOGADOR DE CAPOEIRA NO SÉCULO XIX

Sammia Castro Silva
José Gerardo Vasconcelos

O processo de disseminação e transformação da capoeira ocorre nas cidades brasileiras a partir do século XVIII, em que havia um número considerável de negros libertos. A partir desse século é possível ter acesso aos primeiros registros que atestam o elemento cultural da capoeira na sociedade brasileira. A capoeira emerge de um esboço misto de marginalidade e heroicidade até ser considerada Luta Nacional Brasileira, pelo governo de Getúlio Vargas. Depois desse fenômeno a capoeira torna-se espaço para artistas, atleta, intelectuais e, no início do século XXI, é considerado um patrimônio cultural imaterial brasileiro. Este artigo pretende relatar as circunstâncias que levaram tanto à marginalização da capoeira como a construção mítica de heróis capoeiristas em um período de grande efervescência política.

A Origem da Capoeira

De acordo com Brasil (2007), há três mitos vinculados ao *locus* de surgimento da capoeira que são repassados por mestres das diferentes regiões brasileiras. Primeiramente, há o mito dessa prática ter sido trazida por africanos escravizados da África Central, ou seja, a origem da capoeira seria majoritariamente africana. A segunda teoria difundida pelo país afirma que a capoeira foi uma criação de escravos quilombolas no Brasil, desse modo seria uma manifestação cultural de origem brasileira. Existe um terceiro mito, com

menor índice de aceitação, que propaga a teoria da capoeira ter origem indígena.

Apesar do posicionamento democrático de admitir as três possíveis teorias sobre a origem desse jogo, reconhecemos a importância da população negra dos séculos XVII e XVIII em disseminá-lo nas principais capitais econômicas brasileiras, em especial Rio de Janeiro, Recife e Salvador. A cultura brasileira assimilou e popularizou vários elementos culturais das diferentes etnias africanas em território brasileiro, havendo indícios de que até mesmo a linguagem popular falada nesse país foi disseminada pelos escravos. Segundo Darcy Ribeiro (1995) em *O Povo Brasileiro*, devido às dificuldades de comunicação geradas pela diferenciação das linguagens dos escravos, esses começaram a prestar atenção nas falas dos capatazes, que era o *nheengatu*, uma mescla do tupi com o português. Com o passar do tempo, a população afro-brasileira começou a se comunicar utilizando essa linguagem, mesclando com elementos linguísticos afros e originando o português popularizado atualmente.

Para Rego (1968) a capoeira era um folguedo, uma brincadeira dos negros, não só para divertirem a si mesmos como também a espectadores, tornando-se eficaz forma de combate corporal quando fosse necessário. Essa prática será denominada mais adiante como vadiação, instante de relaxamento e esquecimento da condição de escravo, acontecia nas praças e festas de largo. Segundo Gomes (2007) os negros tinham o hábito de se encontrarem aos domingos, em praças e chafarizes para batucar, jogar capoeira, prostrar.

Das três raças que povoaram o Novo Mundo, nenhuma conservou tanto quanto o negro o segredo do riso e da alegria interior. Sob este aspecto, o que é de admirar não é que o negro conheça profundas crises de tristeza,

o espantoso é que, tendo todas as razões deste mundo e do outro para viver na mais espessa melancolia, haja podido preservar por tanto tempo a sua capacidade de rir (MOOG, 1974, p.72).

O Início da Marginalização da Capoeira

Há muitas considerações a se fazer diante de tantas fases e faces da capoeira, entretanto nesse momento dialogaremos sobre a fase da marginalidade. Segundo Brasil (2007), o registro mais antigo da capoeira é um texto jornalístico que noticia a libertação de um escravo chamado Adão em 1789, preso nas ruas do Rio de Janeiro devido à prática da capoeiragem.

O mulato Adão, escravo de Manoel Cardoso Fontes, comprado ainda moleque, tornou-se um tipo robusto, trabalhador e muito obediente ao seu senhor [...] Até ocorrer o que já o preocupava: Adão não mais voltou para casa [...] Manoel foi encontrar Adão por trás das grades da cadeia da Relação. Havia sido preso junto a outros desordeiros que praticavam a capoeira. Naquele dia ocorrera uma briga entre capoeiras e um deles fora morto [...] constatou-se que Adão era inocente quanto ao assassinato, mas foi confirmada sua condição de capoeira, sendo por isso condenado a levar 500 açoites e a trabalhar 2 anos em obras públicas. Seu senhor, após Adão cumprir alguns meses de trabalho e ter sido castigado no pelourinho, solicitou ao rei em nome da Paixão de Cristo, perdão de resto da pena, argumentando ser um homem pobre e, portanto muito dependente da renda que seu escravo lhe dava. Comprometeu-se a cuidar para que Adão não mais voltasse a conviver com os capoeiras, tornando-se um deles. Teve o pedido homologado pelo Tribunal em 25.4.1789 (CAVALCANTI, 2004, p.201 e 202).

Apontada como fator degenerativo da sociedade, e inicialmente à margem da possibilidade de usufruir direitos sociais, a raça negra é uma das bases étnicas formadoras da sociedade brasileira. No fim da era colonial, precisamente com a chegada da corte portuguesa ao Brasil em 1808, a população negra africana, associada a índios e mestiços, apresentava vantagem numérica em relação às famílias e dirigentes brancos da colônia. Segundo Prado Júnior (1974) em um território composto por 8 milhões e meio de km² não havia mais que 3 milhões de habitantes, situados pela faixa costeira. Os maiores núcleos populacionais e também de maior importância econômica era Pernambuco, Bahia e Rio de Janeiro e, em segundo, plano Pará e Maranhão. O tráfico de escravos, no período de 1796-1804, era a atividade de maior importância no comércio de importação.¹

É relevante mencionar que, segundo Karasch (2000), no início do século XIX, o Rio de Janeiro tinha a maior população escrava urbana das Américas. Levando em consideração dados da autora citada e do Arquivo Nacional do Rio de Janeiro, Florentino (2002) chega à conclusão que em 1799, em cada três habitantes livres um já havia sido escravizado e que a maioria da população dessa região, cerca de 60%, era composta por cativos e alforriados.

A numerosa corte do rei D. João VI, composta por cerca de 10.000 pessoas, causou mudanças estruturais e culturais na colônia. Uma das medidas tomadas foi a criação da Guarda Real e contratação de artistas renomados, por exemplo, a

¹ Segundo Prado Júnior (1974) p.116, representava mais de 1/4 do valor total de importação, um valor acima de 10.000.000 de cruzados e o restante dos produtos não chegava aos 30.000.000. Para Capoeira (1998, p.31) em 1850, no momento anterior à publicação da Lei Euzébio de Queiroz, o tráfico negreiro rendia até 7.000% de lucro líquido e a maior parte disso ia para o pagamento do dízimo da Igreja Católica e para o Estado Português.

missão francesa no Brasil em 1816. Por ocasião dessas contratações é que foram feitos os primeiros registros iconográficos da capoeira, que são as obras de Augustus Earle, entre 1821 e 1824, intitulada *Negros Combatendo* e de Johann Moritz Rugendas em 1835, com as obras *San Salvador e Dança da Guerra*.

Diante da numerosa população negra que se mostrava no país, é possível presumir o receio que D. João VI e a elite branca brasileira tinha desses encontros culturais urbanos negros tornarem-se espaço de disseminação dos ideais de igualdade e liberdade. A revolução haitiana de cunho radical revolucionário, iniciada em 1791, alimentava tal receio nos colonizadores portugueses e espanhóis.

Sobre a Guarda Real de D. João VI podemos considerá-la uma grande perseguidora da cultura afro-brasileira, batuques, danças e capoeiras, na figura do major Miguel Nunes Vidigal. O Major tornou-se conhecido pelas incessantes perseguições à malandragem e vadiação carioca, empregando de duzentos a trezentos açoites naqueles que fossem pegos jogando capoeira e realizando saques em ²quilombos. Segundo Rego (1968) o romance *Memórias de um Sargento de Milícias*, escrito por Manuel Antônio de Almeida em 1854 foi à primeira obra literária que abordou a capoeira e narra justamente as façanhas do famigerado major da Guarda Real de D. João VI.

Segundo Soares (1998) inicialmente as maltas se formaram em torno dos chafarizes onde escravos iam buscar água aos senhores, a repressão aos encontros noturnos que acabavam por perturbar a ordem social do império era voraz e com castigo em pelourinho. Os jornais noticiavam motins

² De acordo com Soares (1998) Vidigal recebeu dos monges como recompensa um terreno ao pé do Morro Dois Irmãos, que hoje é a conhecida favela do Vidigal.

iniciados em dias santos e feriados, havia sistemas de ajuda na fuga de quilombolas presos, o que prova a comunicação dos escravos urbanos e rurais e uma movimentação política, assim como o medo da população para com a possibilidade de uma rebelião negra.

Após o Código Criminal do Império do Brasil de 1830, chefes de polícia passaram a enquadrar capoeiristas desordeiros no capítulo que tratava dos vadios e mendigos. Qualquer roubo, assassinato ou briga dentro da cidade do Rio de Janeiro era registrado como ato de capoeiras. A organização em maltas faz parte das origens da formação de quadrilhas nas favelas do Rio e atingiu grandes proporções na segunda metade do século XIX. Esse fenômeno ocorreu numa etapa posterior à formação de grupos pequenos, a maioria de negros fugitivos e alforriados, que se defendiam e lutavam contra as forças repressoras provenientes da monarquia. Segundo Soares (1998) até metade do século XIX o castigo físico foi a principal punição aos capoeiras capturados e, devido ao falecimento de muitos desses, ficou instituído no período regencial de Diogo Antônio Feijó o máximo de 50 açoites por dia.

A persistência do fenômeno, mesmo diante das fases de maior perseguição aponta para complexos mecanismos de reprodução que se moviam no subterrâneo daquela cidade. Infelizmente nossos olhares, são sempre os olhares do perseguidor, pois, parafraseando Carlos Ginzburg, olhamos por cima do ombro do inquisitor. Assim, com certeza, perdemos muito da linha cultural que unia homens e rapazes, e por que não, a comunidade negra da cidade, pois o flash da nossa luz só acende nos momentos infaustos da prisão e do castigo (SOARES 1998, p.121).

A disputa entre diferentes maltas não tardou a se evidenciar, assim como o aumento da criminalidade, reflexo das



injustiças sociais que sempre se mostraram presentes na história brasileira. Para aumentar a insatisfação da população negra, após a criação da Guarda Real evidenciaram-se, com mais afinco, forças repressoras aos elementos da cultura negra, tais como o candomblé e a capoeira. É interessante mencionar a criminalização da maconha já em 1830, hábito comum para a comunidade negra da época. De acordo com Freire (1951) e (1961) a maconha foi utilizada para diferentes fins econômicos. O consumo da erva era evidente, tanto nas zonas rurais como em comunidades negras da metrópole. Segundo Brasil (2007) uma tradição rebelde foi ganhando forma e admiração, com representantes das classes baixa, média e até da elite, tendo em comum o fato de não concordar com a imposição dos governantes e admitindo a transgressão como opção de liberdade.

A situação econômica, política e financeira do país é de fato conturbada por todo século XIX. A transformação da colônia em império, a renúncia do imperador, o período regencial, lei áurea, passagem do império à república, revoltas contra a hegemonia do poder latifundiário, tais como Balaiada, Sabinada, Farroupilha, Praieira, Malês, e a Guerra do Paraguai em 1865 são alguns exemplos das inquietações político-sociais desse período. Em todas as inquietações sociais do século houve a participação do negro, como sinônimo de força e luta, alternando entre o estereótipo de herói e o de marginal.

A Construção Mítica do Herói Capoeirista

Exemplificando atos heroicos de capoeiristas, Rego (1968) descreve uma grande balbúrdia cometida por militares estrangeiros, de 9 a 13 de junho de 1829 nas ruas da capital do império. Uma parte do contingente estrangeiro encarregado de suprir o exército brasileiro na guerra da Cisplatina, que



perdurou de 1825 a 1828, encontrava-se aquartelado no Rio de Janeiro e somavam cerca de duas mil praças, espalhados pelo Campo de Santana, o Campo de São Cristóvão e na Praia Vermelha. Esses batalhões estavam descontentes e cometiam vários atos de indisciplina, até que o comandante de São Cristóvão deu ordens para castigar alguns soldados, o que provocou uma grande rebelião, pois de armas em punho os estrangeiros prenderam o major encarregado do castigo e saíram pela cidade assassinando pessoas e saqueando os lugares, à medida que os outros contingentes somavam a esse batalhão.

Conforme Rego (1968), a repressão à sanguinolenta rebelião dos militares estrangeiros, armados com espingardas, ocorreu por iniciativa dos capoeiras, que, com a força dos braços e armados de pedras e paus, conquistaram a vitória. Apesar deste ato ter causado grande admiração da sociedade brasileira, não cessaram os violentos castigos e aprisionamento de negros e pardos capturados em desordens ou nas manifestações culturais de rua. Mesmo porque ela encontrava-se legalmente criminalizada.

No episódio da renúncia do imperador D. Pedro I, em 1831, também foi reconhecida a importância da força e habilidade da população negra e parda, liberta ou cativa, e popularmente chamada de *cabras*. Em meio às pressões sociais, geradas pelo descontentamento com a política empregada, atos de tirania e soberba de D. Pedro I, os cabras reagiram contra as forças armadas lusitanas, *os pés-de-chumbo*, em lutas travadas pelas ruas do Rio de Janeiro, em meio a uma festa de recepção do imperador após o retorno de uma viagem às minas. Essas movimentações levaram o imperador a abdicar do trono e retornar à terra natal.

Os portugueses foram detidos próximos ao Largo de São Francisco e obrigados a retroceder. O impasse que era



procurado pelas forças policiais que tentavam acalmar os ânimos- tinha sido quebrado. Em contragolpe, um grupo de homens de pés no chão, de negros, de pardos vestidos de jaqueta e armados de pau avançaram para a Rua da Quitanda, que foi retomada dos chumbos. Inebriados pela vitória se espalharam pela Rua do Piolho e da Cadeia. Gritavam pela *Constituição, Independência* e pela *Causa do Brasil*. A mesma causa alegada pelos presos da Ilha das Cobras, no Arsenal de Marinha, muito próximo, quando justificarão seu levante, já no mês posterior, no dia da deposição do Imperador (SOARES, 1998, p.283).

Após esse episódio, a perseguição policial a capoeiras não cessou e o recrutamento militar forçado, em caso de serem abordados vadiando pelas ruas, era constante. O fato é que tais acontecimentos propiciaram o intercâmbio ideológico entre militares, policiais, capoeiras, e mesmo senhores de escravos, por vezes na comunhão de uma mesma causa e outrora se digladiando. De acordo com Soares (1998, p.177 e 178), há um relato em um ofício encaminhado no ano de 1841 ao inspetor do Arsenal de Guerra informando os liames de camaradagem entre membros do Corpo de Artífices e capoeiras. Esse ofício teria sido enviado por Euzébio de Queiroz Coutinho Matoso Câmara, chefe de polícia da corte desde 1833.

Euzébio de Queiroz teria alardeado também aos subordinados, em comunicação interna, sobre o retorno dos capoeiras à sociedade carioca e sobre infiltrações dos mesmos em corporações da corte, comprometendo a própria cadeia hierárquica das forças armadas. Devido os maus-tratos dentro dos quartéis e o recrutamento forçado dos vadios e capoeiras capturados pelas ruas, era de se esperar futuros conchavos de militares com as diferentes maltas. O nível organizacional das maltas no Rio de Janeiro atinge o ápice com o apoio de militares e políticos ao longo do segundo império.

A verdade é que estava solidificada a imagem de herói perante parte da sociedade e das organizações militares após os episódios de 1828 e 1831, narrados anteriormente. No ano de 1835 teremos a rebelião Farroupilha no sul e a Revolta dos Malês em Salvador. E por ocasião da Guerra do Paraguai, que ocorreu no período de 1864 a 1870, mais uma vez mostraram-se evidentes os atos heroicos do jogador de capoeira em combate na guerra.

O Brasil entrou em conflito direto com o Paraguai, arregimentando forças populares para a formação de um exército cujos principais quadros de infantaria eram negros vindos dos canaviais e cafezais em decadência: pagava-se ao proprietário uma indenização e ao escravo um soldo e a promessa de alforriamento no fim da guerra, promessas essas que, aliás, nem sempre foram cumpridas. Entre estes salientava-se o Batalhão de Zuavos, formados exclusivamente por capoeiristas [...] uma espécie de fuzileiros, tropas de ponta-de-lança preparadas para invadir, travar combate corpo a corpo e conquistar as trincheiras inimigas (CAPOEIRA, 1998, p.36).

O retorno vitorioso da guerra não garantiu para muitos a liberdade pretendida, contudo a folclorização da luta brasileira atingiu todo o império. Os serviços dos capoeiras passaram a ser contratados para diversas finalidades. Segundo Sousa Reis (2010), a eficiência da organização das maltas de capoeiras possibilitava-lhes atuarem no período das eleições como capangas políticos. Os dois grandes grupos de maltas eram os Guaiamus e os Nagoas, o primeiro estava ligado ao Partido Liberal, representando nativos e mestiços, com o comando da área central da cidade. Os Nagoas estavam ligados ao Partido Conservador, que representavam a tradição africana e possuía o comando das freguesias periféricas da cidade.

A Guarda Negra

Com o advento da abolição dos escravos, em 13 de maio de 1888, foi criada a Guarda Negra que, segundo Rego (1968), nasceu sob inspiração de José do Patrocínio e verbas secretas da polícia do governo de João Alfredo, diretor do jornal *A cidade do Rio*. Segundo o autor, era uma associação de fanáticos, que faziam juramento em frente à imagem de Cristo e proclamavam devoção à redentora princesa Isabel. A exploração do sentimento de gratidão dos negros é evidente assim como a incorporação de grande número de desordeiros e delinquentes, o que a todo o momento é confundido pelo termo *capoeira* em alguns registros policiais. O fato é que o grande acontecimento promovido pela Guarda Negra ocorreu no comício público dos republicanos no dia 30 de dezembro de 1888, na Sociedade Francesa de Ginástica.

Embora o comício estivesse marcado para as 12 horas, já às 11 a Guarda Negra com os seus capoeiras se concentraram no Largo do Rossio, armados de unhas e dentes. Mal Lopes Trovão foi saudado e Silva Jardim começou a falar o local se transformou numa praça de guerra, com grande número de mortos e feridos. [...] *Os republicanos falam abertamente em matar negros como se matam cães. Eu nunca pensei que tivéssemos no Brasil a guerra civil depois, em vez de antes da abolição. Mas havemos de tê-la. O que se quer hoje é o extermínio de uma raça e como ela é a que tem mais coragem, o resultado será uma luta encarniçada* (REGO, 1968, p. 314).

Não se tem registro de atuação direta da Princesa Isabel para beneficiar a Guarda Negra. Mas sua determinação na defesa dos interesses dos escravos ficou comprovada. Do apoio econômico direto à causa evolucionista, passando pela transformação do Palácio Imperial de

Petrópolis, numa espécie de quilombo acolhedor de negros fujões, há farta documentação comprobatória. Por si só, este fato já justificaria a verdadeira devoção dos escravos a Regente. Da mesma forma, seu envolvimento direto provocava a indignação de vários setores sociais, principalmente os latifundiários do Vale do Paraíba e Norte Fluminense (MATOS, 2006, p.110).

Para Matos (2006) não há consenso na definição institucional da Guarda Negra, sendo por vezes tratada como partido político, outrora como instituição religiosa ligada à monarquia e até como milícia. Nenhuma dessas instituições oficializou-se, chegando à conclusão que essa organização mostrava-se à sociedade com diferentes faces. A primeira face delineada por José do Patrocínio era a mais politizada e visava defender os interesses dos ex-cativos. Outra face foi visualizada através da violência descarregada pelas ruas da cidade, pela grande gama de marginalizados do sistema vigente aliados à devoção extrema. Uma terceira era a atribuição da culpabilidade de todo caos que se encontrava na cidade à referida Guarda. Segundo o autor, havia ainda uma quarta face, a dos monarquistas que acreditavam que a Guarda podia conter o avanço dos ideais republicanos.

Tentativa de Dizimação da Capoeira

Em 15 de novembro de 1889 ocorreu a proclamação da República Federativa e Presidencialista do Brasil derrubando a Monarquia Constitucional Parlamentarista. Os capoeiras foram considerados inimigos políticos e, conforme Sousa Reis (2010), é publicada uma notícia no jornal *Diário de Notícias*, em 10 de dezembro de 1889, que o nomeado chefe do Corpo de Polícia, Sampaio Ferraz, havia tomado medidas para extinguir a capoeiragem das ruas. Ocorreram nas semanas seguin-

tes aprisionamentos arbitrários seguidos de deportamentos para ilha nordestina de Fernando de Noronha.

De acordo com Dias (2001) nos primeiros quarenta dias foram enviados para Fernando de Noronha 1.300 capoeiras, desarticulando nações e maltas. Os jornais de 1890 noticiavam constantemente a eficaz atuação do chefe de polícia, em oposição aos noticiários de outrora, que narravam diversas façanhas de capoeiristas famosos, tais como Zebedeu, Antônio Danado, Teixeira, Ferro Velho, Navalha, Espada do Saco, entre outros que provaram a eficiência das medidas tomadas por Sampaio Ferraz.

Por fim, foi publicado o Código Penal da República que tornava a capoeira um crime, sendo explicitado no artigo 402 do referido código a proibição de fazer em locais públicos exercícios de agilidade e destreza corporal, conhecido por capoeiragem. O fato é que o universo obscuro da capoeira fora impetrado por célebres sujeitos da sociedade brasileira, intelectuais, políticos e até poetas. Segundo Dias (2001) Barão do Rio Branco e Floriano Peixoto foram praticantes de capoeira quando jovens. De acordo com Brasil (2007), ainda na época colonial, homens livres, pobres e ricos, e até estrangeiros como o poeta português Plácido Abreu teriam sido adeptos desse folguedo, inclusive descreveu em obra o universo das maltas do Rio de Janeiro da época. Um conflito relevante na atuação de Sampaio Ferraz foi o embate político com Quintino Bocaiúva, Ministro das Relações Exteriores, que teria usado de toda influência e causado intenso mal-estar na tentativa de livrar o jovem Juca Reis, de família rica e influente.

Considerações Finais

Registros históricos da capoeira no Brasil oitocentista praticamente se evidenciam com documentos referentes

PERGAMUM
UFC/BCCE

à cidade do Rio de Janeiro. Em Salvador, a palavra capoeira nesse século não é encontrada em registros policiais, nem em jornais, havendo possibilidade da contestável designação *valentões* ser atribuída a praticantes de capoeira. A partir da primeira metade do século XIX, registros históricos constataam formas de expressão marginalizadas semelhantes à capoeira do Rio, em outros estados brasileiros, tais como Pernambuco, São Paulo e Maranhão.

Constatamos efetivamente, a presença da capoeira nos costumes pernambucanos, a partir da primeira metade do século XIX, quando associada ao entrudo, à proteção dos figurões daquela época, aos processos eleitorais ou no acompanhamento da guarda que leva música [...] O comportamento dos capoeiras pernambucanos quando acompanhavam os batalhões do Quarto e do Espanha, atingiu, ao longo dos tempos, proporções de que não há exemplo, levando com que o governo deste estado viesse a proibir o desfiles dos indivíduos aludidos à frente dos batalhões aquartelados no Recife, gerando no decurso deste século o desaparecimento gradual dos ditos indivíduos e, por conseqüência, o aparecimento dos denominados brabos, uma nova espécie de indivíduos capoeiras, e da expressão de igual denominação para identificar-se como sendo o passo [...] (ARAÚJO; JAQUEIRA, 2006).

Segundo Araújo e Jaqueira (2006) fontes documentais de arquivos nacionais sobre os costumes nacionais nas metrópoles brasileiras foram revisitadas e constatou-se a presença da capoeira nos costumes paulistanos do século XIX e também uma alusão à luta brasileira em terras maranhenses, ambos os registros apontavam para repressão dessas lutas pela força da lei e da ordem. Esses indícios reforçam a tese de que não há possibilidade da capoeira ter sido exclusivamente originária de apenas um estado brasileiro e que a perseguição policial

sobre essa prática não houve apenas na capital do império, a cidade do Rio de Janeiro.

Atualmente é comum ouvir em relatos de capoeiristas antigos o enorme preconceito da sociedade relacionada a essa prática. Essa afirmação é baseada nos dados coletados das investigações sobre a história da capoeira no Ceará pela autora que ora lhes escreve, em que grandes nomes da capoeira cearense relatam várias dificuldades na implantação dessa manifestação cultural em ambientes de ensino. O fato da capoeira ter sido popularizada pelos negros e também já ter sido proibida pelo código criminal do país foi/é motivo para uma parcela da população continuar a expor receio em relação a essa prática, ao passo que a expansão atinge, a cada década, proporções cada vez maiores e com maior número de adeptos, no Brasil e no exterior. O misto da marginalidade e da heroicidade ainda é presente no imaginário popular, bem como a questão da possibilidade de aplicação ou não dentro das instituições formais de ensino.

Referências Bibliográficas

- ARAÚJO, Paulo Coêlho de; JAQUEIRA, Ana Rosa Fachardo. A luta da capoeira: reflexões acerca da sua origem. *Revista Brasileira de Ciências da Saúde*, ano III, n. 9, Coimbra, 2006.
- BRASIL. *Dossiê: Inventário para registro e salvaguarda da capoeira como patrimônio cultural do Brasil*. Brasília, 2007.
- CAVALCANTI, Nireu Oliveira. *Crônicas do Rio colonial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.
- CAPOEIRA, Nestor. *Capoeira: os fundamentos da malícia*. Rio de Janeiro: Record, 1998.
- DIAS, Luís Sérgio Dias. *Quem tem medo de capoeira? Rio de Janeiro (1890- 1904)*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal das Culturas, Departamento geral de documentação e infor-

- mação cultural, Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, Divisão de Pesquisa, 2001.
- FLORENTINO, Manolo. *Alforrias e etnicidade no Rio de Janeiro oitocentista: notas de pesquisa*. *Topoi*, n. 5, p. 9-40, 2002.
- FREYRE, Gilberto. *Nordeste*. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1951.
- _____. *Casa-grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime de economia patriarcal*. [s.l.]: J. Olympio, 1961.
- GOMES, Laurentino. *1808: como uma rainha louca, um príncipe medroso e uma corte corrupta enganaram Napoleão e mudaram a história de Portugal e do Brasil*. 6. ed. São Paulo: Planeta do Brasil, 2007.
- KARASCH, Mary C. *A vida dos escravos no Rio de Janeiro, 1808-1850*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. p.109-112.
- MATOS, Augusto Oliveira. *A proteção multifacetada: as ações da Guarda Negra da Redemptora no ocaso do Império (Rio de Janeiro 1888-1889)*. Dissertação (Mestrado) em História. Instituto de Ciências Humanas da Universidade de Brasília. Brasília, 2006.
- MOOG, Viana. *Bandeirantes e pioneiros: paralelos entre duas culturas*. 11. ed. Porto Alegre: Editora Globo, 1974.
- PRADO JÚNIOR. *História econômica do Brasil*. 17. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1974.
- REGO, Waldeloir. *Capoeira Angola: ensaio sócio-etnográfico*. Salvador: Editora Itapuã, 1968.
- RIBEIRO, Darcy. *O povo brasileiro*. São Paulo: Companhia das Letras, v. 12, 1995.
- SOARES, Carlos Eugênio Líbano. *A capoeira escrava no Rio de Janeiro: 1808-1850*. Tese (Doutorado) em História. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 1998.